

## **A ESTIGMATIZAÇÃO DA MORADIA NO ENTORNO DOS IGARAPÉS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE MANAUS**

Silvia Adriana Lima Correa<sup>1</sup>

### **Resumo**

O grau de qualidade de vida de quem mora no entorno dos igarapés do perímetro urbano de Manaus correlaciona-se diretamente à situação de moradia inadequada. Esse estudo ilustra a centralidade da questão habitacional no desenvolvimento humano da cidade, elencando impactos socioambientais, angústias e estratégias de moradores desse tipo de localidade, que hoje representa uma parte estigmatizada da cidade.

**Palavras-chave:** comunidade, ambiente, habitação, impactos socioambientais.

### **Abstract**

The degree of quality of life who live in the surroundings of streams the urban perimeter of Manaus correlates directly to the inadequate housing situation. This study illustrates the centrality of the housing issue in the human development of the city, listing environmental impacts, anxieties and struggles of residents of such locality, which today represents the stigmatized part of town.

**Keywords:** community, environment, housing, social and environmental impacts.

---

<sup>1</sup>Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas e mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia da mesma instituição (PPGS/UFAM)

## Introdução

A presente pesquisa trata da questão urbana, sublinhando a centralidade da habitação no processo de segregação social e degradação ambiental no espaço urbano da cidade de Manaus. Em que pese nosso conhecimento acerca da existência de programas habitacionais desde o ano de 1964, a partir da criação do BNH e o COHAB em 1966, o recorte nesse estudo trata da questão da moradia no entorno dos igarapés a partir do advento da Zona Franca de Manaus (1967). As leituras realizadas indicam um considerável aumento no contingente demográfico da cidade nesse período, em que as ocupações no entorno dos igarapés operam como estratégia dos estratos populares para obtenção de moradia (OLIVEIRA e COSTA, 2007). Entretanto, consideramos também os dados que obtivemos a partir da história oral dos moradores da localidade que delimitamos como campo, no sentido comparativo com os registros acadêmicos existentes.

Nosso recorte analítico refere à qualidade de vida dos moradores de área de baixada, localizada numa pequena comunidade de uma zona central da cidade de Manaus, cujos dados exatos serão omitidos por dois motivos: o primeiro motivo se dá por uma opção metodológica de fazer com que o leitor possa identificar, por essa via, regras mais gerais, similitudes com outros lugares, por isso não nos ateremos necessariamente a características estritamente locais; o segundo motivo se justifica por optamos pela preservação da identidade e localização dos nossos sujeitos de pesquisa no espaço físico de Manaus, uma vez que importa, antes, analisar o *espaço social* (Bourdieu, 2012: p 160), enquanto construção analítica.

Parte dessa comunidade trata de área de baixada, na qual casas de estruturas das mais variadas situam-se às margens do “igarapé”, em composição com vários becos que formam em seu redor uma espécie de labirinto. Igarapés são cursos d’água que cortam vários bairros dessa cidade. Sofreram alterações para que dessem passagem a paisagem urbana que Manaus apresenta: alguns foram soterrados, outros, como é o caso em questão, transformados em esgoto. Nesse sentido, compreendemos essa comunidade e suas mazelas aqui analisadas, como parte integrante da paisagem produzida historicamente onde, via de regra, a renda torna-se determinante para aquisição de terra

valorizada em face das estratégias do mercado imobiliário; por implicação, a moradia no entorno dos igarapés torna-se um problema sintomático nesta cidade há décadas.

É importante frisar que o fato de pertencermos à referida comunidade, nos posicionou epistemologicamente no campo de forma ambivalente. Ao mesmo tempo em que esse fator exigia certo distanciamento, num exercício de estranhar o que sempre nos pareceu comum (VELHO, 2004: p.126); também possibilitou que transitássemos e observássemos de forma mais natural possível ao ambiente, às pessoas, sem que necessariamente causássemos algum desconforto maior. Isso afirmamos por considerarmos dados obtidos não apenas de maneira direta, a partir de aplicação de questionário e entrevistas, mas, aqueles advindos de observações do cotidiano, de conversas informais, da forma como as pessoas interagem umas com as outras.

Para fins analíticos, mensuramos mentalmente um perímetro que possivelmente pode ser identificado como os limites da comunidade, uma vez que não há formalidades de parte da prefeitura local que estabeleçam essas fronteiras, a não ser o mapa mental dos entrevistados. Contamos, então, dentro desse perímetro, 70 residências no total que se localizam de frente para o igarapé, dos quais 30% desse quantitativo participaram da pesquisa, a saber, 20 núcleos familiares.

Os participantes da pesquisa deveriam morar pelos menos há 05 anos na localidade, bem como ter idade igual ou maior a 21 anos. Afinal, gostaríamos de apreender a percepção daqueles que são afetados o mais diretamente possível, ou seja, aqueles que ao abrirem suas portas e janelas, encontram-se diária e continuamente em contato com o aspecto e odor do igarapé em dias atuais. Para apreensão dos dados utilizamos questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, para fins tanto de identificação socioeconômica, quanto de inferência de dados qualitativos. Utilizamos como parâmetro de análise nessa pesquisa, o patamar de acesso dos moradores aos serviços essenciais e coletivos, a saber, saneamento básico, tratamento de esgoto, serviços de saúde, acesso e qualidade da educação, áreas de lazer e, ainda, as formas de uso dos espaços internos das moradias.

Importa informar o cenário político da localidade na ocasião em que desenvolvemos a pesquisa, pois, aquele era um momento em que a comunidade

presenciava a possibilidade do limiar de uma nova etapa do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus- Prosamim<sup>2</sup>. Nesse momento havia especulações quanto a uma possível retirada dos moradores dessas imediações, havia um movimento popular de moradia na localidade, os moradores estavam ansiosos. Por um lado, tinham medo, por outro lado, havia muita esperança. Foi nesse cenário de movimentações, conflitos e tensões que desenvolvemos a pesquisa que trata esse trabalho.

## **2. Do macro ao micro: a moradia no centro do debate sobre a sustentabilidade da cidade.**

Para melhor análise dos dados qualitativos, buscamos não nos ater as posturas maniqueístas com relação ao Estado, não nos propomos a satanizar os mecanismos estatais. A partir da literatura consultada, buscamos elucidar quais as variáveis que envolvem a problemática habitacional nesta cidade e que favorecem a cristalização de uma realidade contraditória em termos de habitação em Manaus. Tais constatações permitem compreender os motivos pelos quais os sujeitos de pesquisa permanecem vivendo desprovidas dos aparatos urbanos:

Quem estuda um mapa da distribuição dos serviços urbanos de responsabilidade do Estado no território da cidade verifica facilmente que eles se encontram apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados ou médio. Quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços. Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais, ao dotar somente as parcelas da população que já são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais. Mas a suspeita é infundada. Quem promove esta distribuição perversa dos serviços urbanos não é o Estado, mas o mercado imobiliário. Sendo o montante de serviços urbanos escassos em relação às necessidades da população, o mercado os leiloa mediante a valorização diferencial do uso do solo.(SINGER, 1982, p. 35).

---

<sup>2</sup>Programa do governo do Estado que a partir do ano de 2003 passou a servir como modelo de intervenção para áreas de fundo de vale em Manaus, implementado em outros igarapés da cidade pertencentes às duas principais bacias hidrográficas da cidade: a bacia Bacia do Educandos e a Bacia do São Raimundo. O igarapé em questão compõe, em conjunto com outros igarapés que cortam uma série de bairros, a Bacia de Educandos. O programa vem sendo implementado por etapas na bacia do Educandos desde 2006. A intervenção no igarapé que perpassa a comunidade São Sebastião, equivaleria apenas a mais uma etapa do processo a concluir.

As leituras realizadas nos permitem identificar similaridades na realidade das principais metrópoles brasileiras, indicando que a forma como se desenvolve a cidade, trata-se, antes, de um movimento socioespacial previsível e não apenas de uma peculiaridade de Manaus ou mesmo da comunidade estudada, mas, da dinâmica concernente à cidade capitalista. Uma leitura marxista aponta como principal contradição do capitalismo a discrepância entre sua capacidade de produção e a capacidade da sociedade para absorver essa produção, uma vez que a disparidade em termos de distribuição de renda não permite com que a grande maioria da população adquira tudo o que o sistema produz, resultando na monopolização do “bem estar”.

### **2.1. A comunidade e seu “ambiente degradado”.**

Nesse momento do trabalho trazemos dados que são resultado de um exercício de rememoração tanto da pesquisadora, por conhecer o trajeto histórico da localidade em certa medida, quanto dos entrevistados, portanto, não contamos com referência bibliográfica nessas linhas que seguem a trajetória histórica da localidade. A história oral nos conta que até a década de 1990, as moradias do entorno do igarapé que perpassa a comunidade em questão eram feitas de madeira, no estilo palafitas, próprias para durar muito tempo (dada à característica de seu solo), com canelas altas, considerando que em solos dessa natureza, com o tempo a areia tende a soterrar paulatinamente as canelas das casas, fazendo com que fiquem cada vez mais baixas e então, mais suscetíveis às enchentes. No contexto urbano de Manaus, somente esse modelo de casa é adequado para áreas assim, inundáveis por natureza. Havia, então uma relação dual entre moradores e igarapé: se por um lado, o igarapé ainda representava algo agradável, em termos de utilidade e lazer, por outro, era o grande inimigo imprevisível mas contínuo.

Não havia ruas nas áreas do entorno do igarapé, apenas becos. De certa forma, podemos pressupor a não necessidade da existência de ruas, considerando que o solo alagadiço e úmido não permitia que as pessoas circulassem pelo local se não sobre pontes de madeira construídas pelos próprios moradores, então, para tanto, era

necessário apenas um espaço estreito. No início da década de 1990, a possibilidade de algum veículo motorizado percorrer o chão do entorno do igarapé ainda era remota para os moradores.

No entanto, ainda na década de 1990, aquelas imediações passaram por processo de drenagem e contenção do igarapé em rip rap<sup>3</sup> realizado pela prefeitura de Manaus. O que mais se ouvia eram promessas de realocação de moradores e do fim da agonia vivenciada por eles em tempos de chuva, ocasionada pelas enchentes. Houve retirada de algumas casas e alocação de moradores para área próxima que hoje tem um nome pomposo que se justifica por se tratar de local de onde se tem uma visão panorâmica da parte baixa, apesar do status de “conjunto” se tratar de mais um dos eufemismos que “pretendem ‘mudar a imagem’ dos bairros a restaurar” (BOURDIEU, 2012, p. 15).

A partir de então, gradualmente, as pontes de madeira foram sendo retiradas, tornaram-se desnecessárias, uma vez que as águas da chuva advindas das áreas altas passaram a ser direcionadas por grandes tubulações, desembocando diretamente no igarapé, agora contido em rip rap. Essas ações se propunham a ser “iniciais”, fomentando uma sensação de que dentro em breve haveria outras que finalizariam os planos da prefeitura para o local, a promessa pela continuidade do inacabado persiste de forma latente até hoje entre os moradores.

Uma de nossas entrevistadas remonta o momento em que os becos, ainda alagadiços, passaram a receber asfalto, em meados de 1990. Se sente orgulhosa por ter sido uma das moradoras que conseguiu o que ela denomina como “urbanização”. Essa moradora tem sua casa localizada ao lado da estrutura do rip rap. Ela convive diretamente com o aspecto insalubre do igarapé em dias atuais, repleto de lixo e esgoto sanitário, além de outras pragas urbanas que se proliferam em ambientes como esse. Diz ela:

“olha, quando eu fazia campanha, quando eu trabalhava, ainda não era asfaltado isso aqui, não era nada, a gente ia atrás pra conseguir um asfalto (...) esses postes ‘das luz’ do pessoal que tudo era gato, não era? Era só aqueles pauzinhos enfiados não era?(...) nós ia (...) a gente tirava foto, aí ele (um político candidato em período de eleição) levava lá pra assembleia. Levaram

---

<sup>3</sup>Rip rap é um termo geotécnico. Trata de solo cimentado em saco, utilizado para conter erosões, no caso do igarapé, contém suas encostas. As extremidades de concreto do rip rap operam como uma espécie de passarela ou calçada para os moradores.

até aquele negócio do Prosamim lá, logo que começou. Sabe o quê que eles disseram disso aqui? Que já tava como se tivesse concluído isso aqui.(...) aí nós saímos atrás de asfalto, pra colocar luz pra gente, tudinho aqui, sabe? Água... a gente ia atrás mesmo.”

Antes da implementação do rip rap e a contenção das águas do igarapé ela, bem como todos os moradores daquelas imediações, convivia com o problema que considera muito mais perturbador- as enchentes. Quando pontua o que considera melhoria, assim compreende por ter como parâmetro as ocasiões anteriores em que tinha que conviver com o medo de ver sua casa tomada pelas águas dos igarapés que enchiam e tomavam toda a extensão daquela parte baixa em períodos de chuva e as limitações de se morar em um lugar em que pouco se podia construir ou planejar. Esses serviços essenciais, sempre negados, são percebidos em suas trajetórias de moradia na localidade como uma possibilidade muito improvável e, por isso mesmo, percebida por eles como um esboço pouco nítido e, por vezes, distante demais para conceberem como algo possível, por isso, talvez, a naturalização da insalubridade do lugar que segue a lógica: antes era ruim, agora está melhor.

Porquanto saibamos das impossibilidades de se ter qualidade de vida em áreas como as margens de igarapés no perímetro urbano, uma vez que isso implica numa sequência de impactos socioambientais, observamos o quanto os políticos, a despeito desse dado, fomentaram mecanismos para manutenção das pessoas nessa localidade, passando uma ideia de maior comodidade e urbanização. As medidas paliativas de “melhoria” e de manutenção de moradia na margem do igarapé eram (e anda são) barganhadas em troca de votos.

Assim, os becos e a rua que foi construída na localidade, a partir dessas obras, começaram a ser asfaltados, sobretudo em períodos pré-eleitorais. As pessoas passaram a construir casas de tijolo em vez de palafitas. Pela perspectiva dos moradores, até então reféns da incerteza em relação aos períodos de chuva, parecia que as coisas haviam melhorado em comparação ao quadro anterior e se tornaria ainda melhor assim que fosse posto em prática o prometido, a saber, a retirada de mais casas e realocação de moradores para uma área distante do leito do igarapé, bem como, a construção de uma avenida que ligaria dois bairros centrais da cidade.

Entretanto, naquela ocasião, não houve a construção da avenida que deveria ser construída nas duas partes laterais do *rip rap*, conforme havia sido prometido inicialmente, mas, apenas a construção de uma rua que até hoje permanece inacabada, pois não dá saída para lugar algum. Os técnicos da prefeitura que trabalhavam no local informavam aos moradores que logo as obras teriam continuidade, deixaram algumas casas marcadas para serem retiradas tão logo voltassem.

Os anos se passaram e nenhuma ação de complementação desse processo ocorrera no local até a presente data. Há mais de uma década sem manutenção, as tubulações de esgoto que ficam sobre a superfície dos becos, apresentam-se esburacadas, se deterioraram tanto em função do tempo, quanto pelo fato de ficarem na passagem dos moradores. Há situações, por exemplo, em que a tubulação implementada para escoamento do esgoto doméstico ocupa todo espaço de passagem, por serem da largura de alguns becos, onde passam milhares de moradores todos os dias. A estrutura parece seguir a lógica em que o “mínimo é o máximo”. Além disso, os bueiros e tubulações ficam constantemente entupidos pelo lixo que desce junto com as águas, fazendo com que o evento das enchentes volte a assombrar os moradores.

Há um agravante: a ressignificação do igarapé. Este agora tem a representação estrita de “esgoto”, não só para os moradores de seu entorno, mas para quem conhece a dinâmica da cidade. Todas as tubulações implementadas nesse entorno não trazem para o igarapé apenas as águas da chuva, mas o esgoto sanitário e doméstico. Não podemos sequer afirmar que o esgoto despejado em seu leito restringe-se ao produzido naquela área, uma vez que se instala como parte das tubulações de esgoto dessa cidade. Nesse sentido, não só o igarapé é reificado, mas todo espaço a ele inerente, incluindo-se seus moradores, se consideramos que ambos compõem o mesmo ambiente.

A partir da experiência empírica, observamos o quanto o comprometimento da qualidade de vida dos moradores do entorno daquele igarapé, tem bases materiais alicerçadas nessas assimetrias explícitas em âmbito macro, ao mesmo tempo em que caminha de forma concomitante à aceleração da degradação desse curso d’água- um resultante dessa dinâmica é ideia “degradada” tanto dos igarapés quanto dos sujeitos que residem nessas imediações, enfim, desse *espaço social*.

Não é curioso que lugares como esse tenha as mais diversas famas negativas e que alguns de seus moradores demonstrem comportamento congruente com essa percepção social? Se formos ao limite do estranhamento, podemos imaginar que há algo de tão poluente nessas imediações que só o fato do sujeito morar no lugar já implica em seu desvirtuamento ou, ainda, que todas as pessoas com algum desvio de caráter tendem a ir morar nesses lugares. Até que ponto essa compreensão pré-concebida coletivamente acerca daqueles sujeitos reflete na compreensão que têm de si e na composição de seu “personagem” social?

Chegamos ao que Bourdieu reflete acerca da reprodução social das ordens hierárquicas que se estruturam a partir dos processos de comunicação firmados no cotidiano, pelo meio dos quais se estabelecem a *sociodinâmica do estigma*<sup>4</sup>, ou seja, o “*poder de inculcar*” (Bourdieu, 1989) atributos a esses sujeitos à medida que seu cotidiano se constrói em cima de verdades prontas que circulam sobre si.

O estigma de um “lugar onde só tem gente que não presta” imputado à localidade norteia as narrativas dos variados sujeitos sociais externos à comunidade, ou seja, dos não moradores do lugar ou dos moradores da comunidade que têm suas casas localizadas na parte altas, onde ficam as ruas, em oposição à parte baixa, onde ficam os becos. Essas informações se inserem como verdade nas conversas cotidianas da comunidade de tal modo, que sequer exige reflexão. Não nos aprofundaremos nesse jogo de relações cotidianas de poder de forma mais detalhada, uma vez que trata de um aspecto da pesquisa ainda em curso, por hora, se faz necessário apenas mencionar que esses fatores parecem configurar como um conjunto de condicionantes no roteiro da expectativa social que os moradores daquela localidade têm sobre si, cujo ciclo interrompe-se em função de suas estratégias cotidianas, as quais, também não trataremos de forma mais detalhada nesse trabalho em função do motivo exposto acima.

Entretanto, apesar da aparente homogeneidade que essas compreensões pré-concebidas sugerem, os moradores formam matizes em um mesmo *espaço social*, “frações de classes” que fogem em certa medida da imagem homogênea preconcebida

---

<sup>4</sup>Norbet Elias e Jhon L. Scotson (2000, p.24) falam sobre as condições que certos grupos constroem para conseguir lançar um estigma sobre outro, somando fatos que comprovam como determinado grupo é inferior. O estigma tem resultados concretos na reprodução social uma vez que “costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo”.

do lugar: são trabalhadores informais; autônomos que implementaram as pequenas “tabernas” onde vendem especiarias das mais diversas; trabalhadores do comércio e da indústria; pequenos comerciantes dos mais variados tipos de mercadoria. Enfim, caracterizam-se por suas lutas diárias em fuga da desclassificação, o que o sociólogo brasileiro Jessé Souza classifica como *batalhadores*:

Dentro da ralé brasileira, surge, porém, surpreendentemente, um grupo que se soergue. Saídos do mesmo meio pobre e constrangedor, abraçados com os mesmos obstáculos enfrentados por seus pares do Brasil pobre, esses resistentes levantam-se. Comumente, têm mais de um emprego. Podem, por exemplo, trabalhar como faxineiros durante o dia e vigias à noite. Lutam, ativamente, com energia e engenho, para escapar da ralé e entrar no rol da pequena burguesia empreendedora e emergente. Exibem qualidades que Euclides da Cunha atribuía aos sertanejos. Existem, também, aos milhões, sobretudo nas partes mais pobres do país. (SOUZA, 2012:p.10)

Há também alguns grupos que absorvem a venda de drogas como uma possibilidade de ganho. Estes parecem desempenhar o “papel” que lhes é atribuído socialmente, uma vez que essa é, antes, uma atividade repudiada socialmente, portanto, para o *olhar de fora*, estão em congruência com a expectativa social lançada sobre aquele *espaço social*. Então, internamente nesse ambiente de baixada, os moradores também utilizam dos meios de classificação para se perceberem em relação aos seus pares, onde os vendedores de droga configuram como um dos grupos mais desclassificados. Todo desconforto em relação à fama de lugar perigoso sentido por aqueles moradores que não praticam atos ilícitos, é atribuído ao fato de haver famílias que comercializam drogas. Mas, ainda assim, o ambiente não é caracterizado pelo confronto direto, em vez disso, percebe-se que há uma espécie de acordo tácito, a partir do qual esses grupos distintos conseguem conviver harmoniosamente.

### **2.1.1. Os impactos socioambientais do espaço social estudado.**

Seguindo a análise sobre a “degradação” incumbida àquele lugar, é necessário compreendê-lo no contexto da aceleração da poluição dos igarapés que se tornou significativa em apenas três décadas após a implementação da Zona Franca. Segundo alguns registros acadêmicos locais, no período entre o fim da década de 70 e o início

dos anos 80 do século XX, ainda se compreendia os igarapés como uma opção de lazer, esses registros relatam que até esse período, muitos deles ainda apresentavam suas características naturais (GOMES, 2004: p.13), assim como todo o problema de poluição do igarapé começou em função da ocupação de suas margens.

Entretanto, como vimos pelo viés da história oral, ainda existiam nascentes naturais na localidade em meados da década de 1990, segundo alguns moradores que chegaram às imediações entre as décadas de 1980 e 1990, para os quais a degradação do igarapé se tornou mais intensa a partir da implementação do *rip rap*. Resta-nos a pergunta: qual o peso da ação do Estado na atual representação coletiva dos igarapés, sobretudo do que perpassa essa comunidade, que possibilitou com que esses braços d'água passassem a serem percebidos como mero esgoto?

De qualquer forma, os impactos socioambientais decorrentes dessas ações e inações- que podem ser entendidas por cadeias que começam na presença precarizada do Estado (gestão estadual e municipal) em localizações de leitos de igarapés, e se finalizam na insensibilidade dos moradores na prática cotidiana- não atingem diretamente a todo o espaço urbano de maneira uniforme, mas, de forma mais significativa na vida daqueles que têm que conviver diretamente com esse tipo de precarização, apesar de que, ao menos indiretamente, todos sejam afetados por essa dinâmica.

As moradias no entorno dos igarapés de Manaus podem ser consideradas um dos problemas mais sintomáticos em que esses impactos interferem diretamente na vida de milhares de pessoas. Na comunidade estudada, observamos como os moradores estabelecem seus cotidianos em face da estrutura física do lugar, constatando alguns fatores que contribuem para sua insalubridade, sem nos atermos a explicações simplistas de culpabilização daqueles sujeitos. Um dos pontos mais fortes dessa dinâmica interna do lugar se reflete no lixo que se amontoa no leito do igarapé.

O espaço físico daquela localidade é dividido em becos que em média têm um pouco mais de 1 metro de largura. São aproximadamente 50 becos (podendo variar para mais ou para menos), em cada um deles reside um quantitativo de pessoas que equivale ao total de moradores de uma rua, ou possivelmente, um número até maior, já que existe

um grande contingente de núcleos familiares residindo na mesma casa, em situação de coabitação familiar. Para essas dezenas de becos, há apenas um lugar (um depósito improvisado pelos moradores), em que todos podem jogar seus lixos. Esse depósito improvisado se localiza na única rua de acesso ao caminhão coletor que faz apenas uma rota durante o dia para coletar o lixo de uma quantidade de pessoas expressivamente maior do que o ideal.

Não conseguimos sequer mensurar quantas rotas seriam necessárias para garantir que o lixo fosse coletado adequadamente. Em algumas situações mulheres, crianças, homens caminham por quilômetros para poder deixar seu lixo no único depósito improvisado. Todas essas variáveis que dificultam a organização e coleta de lixo favorece com que ele acabe sendo concentrado nos próprios becos ou jogado diretamente no leito do igarapé.

Em outros termos, constatamos que a solução dos impactos ambientais dessa natureza, passa necessariamente pelo rompimento com ações que favoreçam a habitação humana e sua permanência em áreas de igarapés que foi fomentada desde a implementação do *rip rap*, quando políticos ofereciam em período pré-eleitoral pequenos serviços no sentido de “urbanizar” os becos, a saber, aterro e asfalto. Do ponto de vista legal, áreas consideradas fundos de vale, em que se inserem os igarapés, sequer poderiam ser ocupadas, ao menos num raio de 30 metros de distância de cada lado de seu leito, conforme estabelece a Lei Complementar No 002/2014 - Plano Diretor de Manaus que prevê “*IV - proteção das áreas de fragilidade ambiental e impróprias à ocupação, sobretudo nos fundos de vale e áreas de recarga dos lençóis de águas subterrâneas*”.

Há antes, uma assimetria na distribuição de serviços e equipamentos comunitários e coletivos. Se fizermos uma comparação da eficácia da coleta de lixo em outras localidades onde existem ruas, vamos observar que, no âmbito operacional, o serviço oferecido a áreas em questão estão destinadas ao fracasso, simplesmente por não ser considerado o quantitativo real de pessoas que as estruturas dos becos escondem. Manaus será sempre, por consequência, a capital em que os lixos flutuam por sobre os igarapés.

### **3. A qualidade de vida dos moradores**

As pessoas que foram entrevistadas deveriam morar às margens do igarapé há mais de cinco (5) anos e ser maior de vinte e um (21) anos, para que, a partir de seus relatos pudessem remontar um pouco de suas trajetórias individuais no decorrer desse período, assim como suas percepções, fazendo um comparativo da estrutura do lugar quando chegaram e a forma como está em dias atuais. No primeiro momento, tratamos dos aspectos que dizem respeito à base material, que envolvem as condições de moradia, considerando o que está estabelecido em lei enquanto direito acesso a serviços coletivos e saneamento básico e a caracterização socioeconômica. Formulamos algumas perguntas que considerasse a naturalidade, o tempo de moradia, a renda mensal, a quantidade de pessoas por família, bem como a forma de organização de cada núcleo familiar, os objetivos pessoais desses grupos, a forma como se dá a distribuição de responsabilidades de manutenção da casa entre os sexos.

No segundo momento, nos reportamos à percepção dos moradores em relação ao seu lugar de moradia, entendendo que esta deve ser interpretada considerando suas experiências em relação a serviços essenciais que desconhecem, isso quer dizer, que algumas narrativas revelam a precariedade material em que vivem os moradores em termos de saneamentos básico, contribuindo de uma certa forma, para que imputem certa adequação à inadequação de serviços essenciais, compreendendo que “objetivismos são construídos socialmente, e que se estabelecem a partir de estruturas de posições objetivas, fornecendo uma visão diferente a depender da posição de cada um” (Bourdieu, 2007: p. 18).

#### **3.1. Caracterização socioeconômica dos moradores da localidade.**

No que diz respeito à naturalidade dos sujeitos de pesquisa, quase que a totalidade da pequena amostra de trinta residências é de origem amazonense, dentre as quais, a grande maioria é do interior do Amazonas, somado a uma quantidade significativa de manauenses e, por fim, quase a inexistência de pessoas de outras localidades do país. Não houve registros de pessoas naturais das regiões Sul, Sudeste e

Centro Oeste do país, apenas oriundos do interior do Amazonas e de outros estados do Norte e, em menor escala, do Nordeste. Trata-se de indicadores que reúnem fatores em termos de oportunidades de educação, trabalho e renda em termos nacionais, desenhando um mapa regional dentro da cidade de Manaus, tornando a problemática desse tipo de moradia como questão estritamente amazônica.

O número de pessoas que trabalham com carteira assinada corresponde a apenas 20 % da amostra, enquanto 35 % trabalham de maneira informal e ainda, maior número ficou entre pessoas que se declararam desempregadas no total de 40% e apenas 5% são aposentados. Dois pontos devem ser considerados para interpretação desses dados: desenvolvemos as entrevistas em dias úteis e a maioria dos entrevistados foi mulheres. Informações essas que correlacionam-se a questão de gênero, assim como revelam uma desigualdade significativa em termos de autonomia entre os sexos, ou seja, ou “desemprego” de uma certa forma se camufla na condição de “dona de casa” ou o contrário.

Entre os homens, uns foram entrevistados geralmente em fins de semana, outros fazem parte do grupo dos comerciantes da localidade e, por isso, estavam em suas residências em dias úteis. A figura principal enquanto provedor da família continua sendo, na grande maioria, a figura masculina. Em seguida, estão os núcleos familiares em que a mulher se apresenta como renda principal. Poucos são os lares em que ambos operam em regime de igualdade enquanto renda familiar. As hipóteses iniciais de que áreas com essas características tenham predominantemente famílias caracterizadas como monoparentais, com a ausência de figura paterna, foram descartadas.

No que diz respeito à média salarial daqueles sujeitos, aproximadamente 65% dos entrevistados declararam renda mensal em torno de 1 salário mínimo, o restante ficou dividido da seguinte forma: 10% recebem em torno de (1,5) um salário mínimo e meio, 10 % recebem entre 2 a 2,5 (dois salários e meio) e outros 10% recebem em média 7 salários mínimos, apenas 5% dos entrevistados recebem menos de 01 salário mínimo. Os números, nos casos analisados mostram que a grande maioria dos entrevistados, um índice de 85% da amostra, recebem entre 1 a 2,5 salários mínimos.

A renda está intrinsecamente ligada ao grau de formação desses sujeitos: 20% dos entrevistados nunca frequentaram a escola, apenas aprenderam escrever o nome por outros meios; 30% não chegaram a concluir o Ensino fundamental; 10% concluíram o Ensino Fundamental, enquanto 5% dos entrevistados cursaram até o ensino médio, mas não concluíram. Todos estes grupos citados somam um total de 65% da amostra, em oposição a apenas 35% que afirmarem ter concluído o ensino médio completo. Entretanto, é importante lembrar que a pesquisa foi realizada apenas com o grupo de pessoas que têm suas moradias localizadas na margem do igarapé, o espaço social comporta outros atores que variam em escala ascendente em termos de *capital escolar* (Bourdieu, 2007. P.09) à medida que a moradia se afasta do curso d'água.

### 3.2. Indicadores de déficit habitacional na área de estudo.

Sobre a estrutura da moradia dos sujeitos de pesquisa, considerando tanto as condições da unidade habitacional quanto do conjunto urbano, verificamos algumas variáveis que indicam um padrão mínimo de habitabilidade, a partir do qual torna-se possível a classificação de toda e qualquer unidade habitacional conforme características de edificação, de espaço interno e de sua utilização pelos ocupantes, segundo critérios estabelecidos pelos analistas de projetos da Fundação Análise de Dados do Estado de São Paulo- SEADE<sup>5</sup> (GENOVAIS e COSTA, 2001), disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100009> .

Importa frisar que esses dados não deixam de ser compreendidos no sentido comparativo à percepção dos moradores em relação ao ato de morar, considerando as formas de uso do espaço interno, as necessidades objetivas daquele grupo, compreendidas como resultado de *subjetividades* advindas de suas práticas cotidianas (BOUDIEU, 2007:p.12). Nesse sentido, consideramos a existência de sala, quarto, cozinha, banheiro e a forma como esses cômodos são utilizados. Desta feita, observamos o espaço interno das moradias considerando dois indicadores: o primeiro,

---

<sup>5</sup>Esta fundação está vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, os parâmetros com os quais trabalha exige a existência dos quatro compartimentos, justificando-se pela devida função de cada um, para que não haja “superposição de funções”.

diz respeito ao número e tipo de cômodos existentes (sala, quarto, cozinha e banheiro) e o segundo trata dos espaços que são destinados para dormir.

No que concerne ao primeiro indicador, 60% dos entrevistados declararam que suas casas têm todos os quatro cômodos estabelecidos como parâmetro de adequação. No entanto, dentre estes, apenas 25 % apresentavam as devidas divisórias ou espaço suficiente para o uso concernente ao ambiente indicado; os outros 35 % deram suas respostas pelo viés da representação, uma vez que não há paredes ou mesmo qualquer outro elemento que indique a mudança de ambientes, a não ser um móvel ou outro que os simbolizam, ou seja, a tv representa a sala, ainda que fique praticamente ao lado do fogão que, por sua vez, representa a cozinha e assim por diante; 10% informaram a existência apenas do banheiro; outros 10% afirmam que suas casas tem apenas cozinha e banheiro; 15% têm todos os cômodos, exceto a sala e 5% dos entrevistados não têm cozinha.

Em suma, 75 % dos entrevistados não têm os devidos cômodos pelos critérios estabelecidos de análise, apesar de alguns destes informarem que sim pelo viés da representação. Isso afirmamos por compreender que nessas situações os ambientes não se diferenciam, em oposição ao parâmetro de análise que propomos inicialmente. Nos casos citados, apenas o símbolo do objeto existe para delimitar, não o espaço relativo a cada cômodo, mas, talvez o ponto em que se deve entender como tal, sem que necessariamente haja espaço para tanto, ou seja, há um conjunto de atividades de diferentes naturezas que são feitas concomitantemente dentro do mesmo espaço, enfim, há sobreposição de funções, cuja dinâmica não permite que se isole nem uma, nem outra.

A necessidade da existência de espaço propício para atividades específicas parte do princípio da necessidade de diferenciação de ambientes e certa organização que pressupõe a existência dos quatro compartimentos, justificando-se pela devida função de cada um, para que não haja “superposição de funções”, segundo parâmetros da Seade. Entendemos que aos moradores dessas imediações, os espaços que se reservam a

outras funções que não sejam consideradas *necessidades primárias*<sup>6</sup> (às quais estão presos por questões econômicas), mas secundárias, não causa tanto apelo. Por exemplo, a necessidade de um espaço que signifique tão somente o “estar” inserida na concepção da sala, assim como a preparação de alimentos, no caso da cozinha, onde parece não existir a necessidade da privacidade, talvez ocasione a “não percepção” de incômodos relacionados, fazendo com que variadas atividades sejam executadas num mesmo espaço, ao mesmo tempo.

Esse raciocínio fica mais nítido se considerarmos os dados que tratam dos espaços destinados a dormir, por exemplo, em que o conforto ou desconforto implicam desconfortos e sensações físicas, por representar a função do repouso noturno e, ainda, de momentos de intimidade entre adultos que exigem certa privacidade. Nesse sentido, em relação à pergunta sobre o grau de satisfação quanto ao devido repouso daqueles núcleos familiares, 75% dos entrevistados (exatamente o quantitativo de residências que identificamos como não detentoras das divisórias consideradas dentro dos parâmetros aqui trabalhados) afirmaram que o número de quartos existentes não fornece aos moradores o adequado conforto. Em muitos casos, há outros cômodos que são utilizados como dormitórios e ainda, há casos em que em uma cama dormem mais de três pessoas, entre adultos e crianças.

Podemos pontuar alguns dados da pesquisa para demonstrar o quanto a moradia opera como um ponto de convergência entre alguns indicadores sociais que, numa avaliação superficial, podem passar despercebidos enquanto impactos sociais relacionados à condição de moradia inadequada. É o caso, por exemplo, do possível “desinteresse” de crianças em relação à escola e, por consequência, a reprodução de grupos sociais que se situam em trabalhos precarizados, quer sejam eles lícitos ou ilícitos. Ambos os indicadores sociais são encarados com espanto e desconsolo pela sociedade em geral, sem que se deem conta de suas bases e matizes decorrentes das condições de moradia, que se relacionam diretamente com práticas cotidianas conforme o contexto socioeconômico e cultural. Primeiro, em função da pouca familiaridade dessas crianças com o que se considera *cultura legítima* (BOURDIEU, 2007),

---

<sup>6</sup>Ver o conceito de julgamento estético, quando trata da “estética” popular como o avesso negativo da estética kantiana, por compreender o objeto a partir de sua função. (BOURDIEU, 2007:p.3)

reconhecida na escola, cujo peso pode influenciar no não reconhecimento da criança em relação ao ambiente escolar, ou seja, o que compõe a cultura legítima são os saberes e práticas escolarmente reconhecidos, o que pode determinar uma *disposição culta* ou não.

Segundo, concordamos com o senso comum quando aponta que o “problema” relacionado ao “desinteresse” da criança em relação à escola vem de casa e acrescentamos: da inadequação da casa e de toda inadequação do conjunto de serviços coletivos que compõem a categoria habitação, sobre as quais se estabelecem as práticas cotidianas. Senão, vejamos. Como vimos, é comum casos de coabitação familiar na localidade, situações em que o pouco espaço interno das moradias é disputado pelo grande número de moradores, que se distribuem entre adultos e crianças. Nesses casos, o pouco espaço interno e ausência de privacidade não permitem a acomodação que crianças e adolescentes requerem para a própria permanência em suas moradias, quiçá, para o estudo, conduzindo-os necessariamente para o espaço externo de suas casas.

Essa leitura não se direciona a conceber “a rua” como espaço inadequado, apto a desvirtuar crianças e adolescentes, mas, antes disso, como a única alternativa menos angustiante (e mesmo, mais interessante) para esses grupos sociais. Assim, “a rua” deixa de ser apenas mais um elemento de seu processo de socialização para tornar-se o principal. Entretanto, a “rua” se expressa em becos precarizados, sobre os quais a criatividade das crianças impera, por implicação, em formato de brincadeiras antigas, hoje praticamente extintas em ambientes mais formais de condomínios de classe média, por exemplo, onde as crianças têm acesso a uma maior variedade de brinquedos, inclusive, eletrônicos. Qualquer pedaço de objeto inutilizado é pretexto para uma possível brincadeira e interação, ocasião em que o ambiente de confiança se estabelece entre os pequenos, constituindo o lado prazeroso da “rua”, em possível oposição ao ambiente escolar e doméstico.

Longe de conceber esses indicadores por um viés fatalista, considerando que em tempos atuais há uma maior variação no “perfil” do morador da localidade, ou seja, por motivos que não podemos precisar quais no momento, mas sob a hipótese de que seja em função de um contexto em que tanto as políticas sociais quanto o maior poder

de consumo dos moradores, proporcionam uma margem de abertura em que podem desfocar das necessidades primárias e concentrarem suas estratégias na realização de projetos que antes seriam concebidos como “incomum” para realidade local. Entretanto, como já afirmado, há certa disposição para reprodução de sujeitos que acabam por serem caracterizados dentro do perfil do trabalhador precarizado, quer seja o trabalho lícito ou ilícito.

É o caso, por exemplo, de alguns jovens que se aventuram em práticas consideradas ilícitas. Apesar de não ser uma regra, antes de inteirarem a idade adulta e ingressarem no mercado formal de trabalho, alguns adolescentes passam por algum tipo de evento nesses termos, principalmente, a venda de drogas. Esta atividade, em particular, parece representar uma atividade ilícita que garante renda melhor do que outros tipos de trabalhos precarizados considerados lícitos, ao mesmo tempo em que parece não colocar em risco direto o corpo, ou seja, esse tipo de ocupação não requer o uso do corpo tanto quanto outras práticas consideradas criminosas, como por exemplo, o assalto à mão armada, etc.

Ao contrário do que afirma o *sensu comum*, esses sujeitos não podem ser considerados “desocupados”, pois, dedicam praticamente o tempo integral de suas vidas ao desempenho de suas funções, ao mesmo tempo em que esse tipo de atividade requer deles, esforço estratégico para mantê-las com sutileza, sem causar maiores desconfortos ou afronta à vizinhança, com a qual, como já dito, desenvolvem uma relação relativamente harmoniosa. Em casos que seus antecedentes criminais os deixam manchados para o resto de suas existências, há pouca possibilidade de que migrem para o “mercado formal de trabalho”, ou mesmo, que desenvolvam trabalhos informais considerados lícitos, mas, em casos que isso não acontece, seguem sua fase madura como qualquer outro cidadão.

### **3.3. Sobre o acesso dos moradores a serviços coletivos urbanos.**

Consideramos como parâmetro de análise o acesso dos moradores aos serviços coletivos essenciais que dizem respeito à infraestrutura urbana, quais sejam, rede de

esgoto adequada, água encanada, ruas, calçadas, facilidade de acesso a ônibus, postos de saúde, coleta de lixo. Com relação a estes aspectos, observamos que as informações que nos pareceriam ser de simples identificação inicialmente, tornaram-se as mais complexas em função de um *conjunto das disposições*<sup>7</sup> de alguns moradores que, em função de sua experiência, pouco compreendem o que poderiam ser formas satisfatórias de equipamentos comunitários e saneamento urbano na atualidade.

Não há nenhum tipo de tratamento de fossa possível na localidade, ao mesmo tempo em que 100% dos entrevistados afirmam desconhecer do que se trata. Isso implica necessariamente nos parâmetros de análise dos moradores em relação ao tratamento de esgoto e a naturalização de sua precarização. Como já afirmamos, os tubos de esgoto ficam sobre a superfície dos becos, acima dos quais os moradores se habituaram a transitar, de modo que as estruturas encontram-se esburacadas, ocasionando eventuais enchentes e deixando à mostra, resíduos de todo tipo de esgotamento. Entretanto, ao perguntarmos para uma moradora sobre a qualidade de tratamento de esgoto na localidade, ela nos respondeu que acha ótimo, por lhe parecer que as tubulações “são grandes e fortes”.

Porquanto seja evidente aos olhos de fora a falta de equipamentos coletivos no lugar, ou seja, espaços próprios para o lazer, creches, postos de saúde próximos, assim como o tratamento de esgoto dispensado à localidade, o fato de ficarem expostos e limitados a condições precárias de urbanização, parece ocasionar nos moradores tanto a naturalização de suas condições de moradia, a ponto de não olharem com estranheza tal inadequação, quanto não vislumbrarem horizontes diferentes. Mas esse não nos parece o único motivo pra adequarem-se de forma relativamente confortável ao lugar, grande parte dos moradores, sobretudo, aqueles que mantêm suas rotinas nas imediações, não pretendem sair da localidade em que vivem há anos e onde estabeleceram, senão vínculos de amizade, relações de confiança, de vizinhança. “Todo mundo se conhece”, é um dos motivos mais alegados para explicar a sensação de proteção e relativa satisfação em morar na localidade.

---

<sup>7</sup> BOURDIEU, 2007: p. 10

#### 4. Conclusão

Os moradores de entornos de igarapés em Manaus funcionam como uma espécie de extensão da desvalorização dos braços d'água que se tornaram, no cenário contemporâneo da cidade, grandes esgotos a céu aberto. Igarapés e os habitantes de suas margens representam em dias atuais, parte cidade que se nega, em outros termos, a ala marginalizada de Manaus. Invisíveis por um lado, uma vez que as sensações de desconforto, ocasionados pela representação contemporânea daquele espaço social, conduz necessariamente a um isolamento simbólico, o que contribui ainda mais para julgamentos pré-estabelecidos; por outro lado, o espaço social relativo à moradia no entorno dos igarapés de Manaus tornam-se visíveis pelo incomodo latente que localizações como essas ocasionam.

Uma cidade, assim como qualquer grupo, em maior ou menor escala, sempre elege os seus desclassificados e, no caso presente, essa desclassificação passa necessariamente pelas condições de moradia. A realidade dos moradores do igarapé que perpassa essa comunidade em específico na qual realizamos a pesquisa não deixa de ser diferente. Por este motivo, insistimos em situar a habitação como ponto central no debate acerca dos variados tipos de expressão da questão social, assim como relacioná-la diretamente com a suposta subjetividade dos sujeitos em relação ao que entendem por limpeza, urbanização, adequação de serviços coletivos e mesmo, suas percepções sobre si.

Esclarecemos que não se trata de um debate sobre “casa própria”, visto que muitos estão na condição de “proprietário de imóvel”. Esse debate estaria relacionado de uma maneira mais eficaz, considerando os dados apresentados anteriormente, aos casos de coabitação familiar que atinge outros tantos moradores de forma mais direta e em outras proporções. Tratamos aqui, da desclassificação da moradia, do estigma relacionado ao lugar de moradia e seus efeitos concretos, quer seja na dimensão física ou social da cidade.

Nossa angústia matriz, portanto, é sublinhar as variadas consequências socioambientais que decorrem da negligência ou dos tipos de ação direcionados as áreas

de igarapés e às pessoas que residem nas imediações de suas margens. No que diz respeito ao ambiente interno das casas, não há, por exemplo, espaço suficiente para que se reserve um ambiente aos estudos de crianças e adolescentes, de modo que possa desencadear efetivas práticas de estudo, apesar de que essas disposições serão exigidas na escola. Ao mesmo tempo há o som da tv, das conversas paralelas, das pessoas que passam no espaço externo, o ruído da realização de outras atividades sendo executadas, enfim, uma série de congestionamentos internos de fluxos e sons.

Não podemos omitir ainda, o fato de que parcela dos moradores da localidade passa a reproduzir a insensibilidade ao ambiente, promovida em grande escala pelas ações do governo que imputam aos igarapés o caráter de esgoto. Inclusive, a nomenclatura importa nessa análise, não mais trata-se do igarapé, mas do “Rip Rap”; não mais há árvores ao seu redor, mas concreto; não mais representam lazer, mas catástrofe.

Aceito em: Setembro 2009  
Publicado em: Setembro 2100

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. A miséria do Mundo. Trad. Mateus S. Soares Azevedo, James A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Teixeira e Jairo Veloso Vargas. São Paulo. Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 10. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Informativo do Centro de Estatística e Informações (CEI) Belo Horizonte, 2007. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>.

GENEVOIS, Maria Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. São Paulo em Perspectiva. Carência Habitacional e Déficit de Moradia. Questões Metodológicas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100009>.

GOFFMAN, Erving. Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Matias Lambert. Disponível em: [disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=199254](http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=199254). Acesso em: Março de 2015.

GOMES, Karla da S. Os igarapés de Manaus na percepção dos jovens manauaras. 2004. Dissertação de mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia- Centro de Ciência do Ambiente. Universidade Federal do Amazonas.

LEI COMPLEMENTAR NO 002/2014. Plano diretor de Manaus. Disponível em: <http://cieam.com.br/?n=1285>

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle Pereira de. A análise da moradia em Manaus (Am) como estratégia de compreender a cidade, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>.

SINGER, Paul. O uso do Solo Urbano na Economia capitalista. in: MARICATO, Ermínia (org.). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. 2ª ed. São Paulo: Alfa Brasil, 1982.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª Ed. rev. e ampl. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari [et al.]. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.